

# História e memória na era das comemorações

*Antônio Fernando de Araújo Sá\**

## Resumo

Este artigo analisa as relações entre história e memória, partindo das batalhas simbólicas em torno das comemorações dos centenários da Guerra de Canudos (1993 – 1997). O seu objetivo é inquirir sobre os usos da memória na sociedade brasileira contemporânea: debatendo, do ponto de vista conceitual, suas interações com a constituição da identidade nacional.

**Palavras-chave:** memória, história, comemoração, Guerra de Canudos.

O historiador não vem só preencher as lacunas da  
memória.  
Ele constantemente contesta até mesmo aquelas  
lembranças que sobreviveram intactas

Y. Yerushalmi

## **Introdução**

Nas últimas décadas, vivemos uma incontornável emergência da memória nos diversos campos do saber, desde a neurociência, psicologia social, literatura, antropologia, sociologia, até chegar à história. Assim, a memória é um assunto vasto e constitui uma ampla bibliografia interdisciplinar. Dentre as inúmeras possibilidades de se abordar o tema, optamos por enfatizar alguns elementos que permitam pensar a memória e sua dimensão social, numa perspectiva histórica. Este processo revela os suportes mentais e materiais daquilo que, desde Maurice Halbwachs, convencionou-se chamar de “quadros sociais da memória”. Ao elaborar aquilo que deve ser “memorável” na sociedade, o discurso sobre a memória e seus usos e práticas ocupam lugar proeminente nas diferentes teorias contemporâneas, assumindo, inclusive, uma dimensão política muito forte para as chamadas minorias étnicas – mulheres, ambientalistas, homossexuais – no mundo atual, pois o passado revela não somente o que ocorreu, mas que o passado é construído, em grande medida, pelos atores sociais em luta no presente, sendo modelado através de formas de erosão, de esquecimento e de invenções seletivas (HALBWACHS, 1994; CARDIM, 1998).

Para tornar inteligíveis nossas indagações, dividimos o texto em três partes. A primeira busca dar conta da emergência da memória na historiografia contemporânea, discutindo pensadores que estabeleceram aproximações e diferenças entre história e memória. Depois, percorremos dois caminhos para analisar a memória como objeto de reflexão para o historiador. De um lado, estudar a memória como fonte histórica, com ênfase na importância da história oral no contexto da história do tempo presente. De outro, refletir sobre

a memória como fenômeno histórico, no que Burke chamou de “história social do lembrar”, pois, ao considerar que as memórias social e individual são seletivas, necessitamos identificar suas normas de seleção e observar como variam de lugar para lugar, ou de um grupo para outro, bem como a sua mutabilidade no tempo. “As memórias são maleáveis, e é necessário compreender como são concretizadas, e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade”. (BURKE, 2000, p. 73).

### **A emergência da memória no discurso histórico contemporâneo**

Como é sabido, a relação entre memória e história remonta à Grécia clássica e era vista numa perspectiva em que ao historiador cabia ser o guardião da memória dos acontecimentos públicos. Como escreveu Cícero, a história é a “vida da memória”. Assim, cabia à memória refletir o que aconteceu e à história refletir a memória. Essa filiação história-memória permaneceu não-questionada, pelo menos até meados do século XVIII, quando Voltaire afirma que a história não é questão de memória, mas de razão, estabelecendo o termo filosofia da história (DECCA, 1995).

Ao longo do século XIX, a consolidação da disciplina da história e a profissionalização do historiador impuseram o domínio dos documentos escritos como fonte, em detrimento da tradição oral, excluindo, assim, do discurso histórico a memória em favor do fato. Nesta época, os historiadores identificavam as memórias como uma fonte dúbia para a verificação dos fatos históricos (KLEIN, 2000; FERREIRA, 1994).

Foi somente a partir de meados do século XX que a memória emergiu com vigor na cena da discussão historiográfica contemporânea. Seguindo a proposta de Mudrovic (2000), podemos dividir em três momentos esta emergência. Primeiro, no contexto da Segunda Guerra Mundial, através da história oral, que objetivava o registro e análise dos testemunhos orais acerca do passado. Esta

perspectiva se amplia com a “história vista de baixo” dos anos 1960 e 1970, que transformou a história oral em um dos principais instrumentos de registro das experiências vividas pelos setores marginais da sociedade em contraposição às narrativas que privilegiavam as elites.

Segundo, a partir dos anos 70 e especialmente nos 80, estabeleceu-se uma nova relação entre a história e a memória, ao se questionar o papel da memória coletiva na história e na construção das identidades coletivas, a memória e o esquecimento como fenômenos políticos etc. O monumental trabalho organizado por Pierre Nora, “Les Lieux de mémoire” (1984-1992), no qual se busca reconstruir a história da memória coletiva francesa, pode ser considerado como representativo desta nova historiografia da memória. Este ambicioso projeto influenciou outras iniciativas em diferentes países como os Estados Unidos, Alemanha, Grã Bretanha, Israel, entre outros. Um dos sintomas da consolidação deste debate no mundo acadêmico foi a criação da revista “History and memory”, editada pela Tel Aviv University.

Por último, em meados do século XX, irrompe a história do presente, obrigando a rever o pressuposto da ruptura com o passado como garantia de um conhecimento objetivo. Um marco da consolidação desta empresa é a criação do Instituto de História do Tempo Presente, em 1978, sob a direção de François Bédarida, e os trabalhos de P. Nora sobre a “História do Presente” na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Em suas pesquisas, Pierre Nora enfatiza que as diferentes visões sobre o acontecimento expõem a diversificação pela qual passa a história, no sentido de transformá-la num campo de forças político-ideológicas, em virtude da proliferação das memórias coletivas impostas pelos *media*. A contemporaneidade, assim, tende a fabricar um maior número de memórias coletivas, a multiplicar os grupos sociais que se autonomizam pela preservação ou pela recuperação do seu próprio passado, a compensar as convulsões e rupturas das sociedades contemporâneas e a angústia e a incerteza do futuro com a valorização de um passado que não era, até então, vivido como tal (NORA, s. d., p. 453).

## **História e memória: ruptura e/ou continuidade?**

Cabe-nos agora realizar uma breve incursão nas complexas relações entre história e memória, distinguindo duas posturas intelectuais que se ocupam do tema, seguindo ainda a proposta de Mudrovcic. De um lado, temos a “tese ilustrada”, representada por pensadores como M. Halbwachs, Y. Yerushalmi e P. Nora, entre outros que defendem uma posição da história em relação à memória como ruptura. Assim, a constituição de um campo histórico prefigurado por uma prática científica sublinha a idéia de delimitação clara entre memória e história. Por outro lado, existe a “tese clássica”, defendida por autores como P. Ricoeur e P. Hutton, entre outros que defendem, com diferentes matizes, a idéia da continuidade da memória com a história. Nesta perspectiva, se coloca em questão a oposição tradicional entre uma história crítica colocada do lado da ciência e a memória que só oferece fontes flutuantes (MUDROVCIC, 2000).

A definição da “tese ilustrada” pode ser exemplificada na distinção entre memória e história elaborada por M. Halbwachs, quando afirma que a “história pode apresentar-se como a memória universal do gênero humano. Mas não existe memória universal. Toda a memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo”.

Em outra passagem, este autor expõe com precisão seu ponto de vista:

A história é um quadro de mudanças, e é natural que se convença de que as sociedades mudam sem cessar, porque ela fixa seu olhar sobre o conjunto, e não passam muitos anos sem que dentro de uma região desse conjunto, alguma transformação se produz [...] A memória coletiva é um quadro de analogias, e é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo, e o que mudou, foram as relações ou contatos do grupo com os outros. (HALBWACHS, 1990, p. 86, 88).

## Dialogando com este autor, Pierre Nora enfatiza que

[...] memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 9).

Como visto, a leitura de Pierre Nora dialoga com as assertivas propostas por Maurice Halbwachs na distinção que ele faz entre a história e memória, na qual a história “é uma e podemos dizer que não há senão uma história”, já a memória trabalha com o vivido, com o que está presente no grupo e é, portanto, múltipla. Todavia, Nora, ao contrário de M. Halbwachs, propõe a utilização da memória como objeto do conhecimento histórico. Em seu tom elegíaco, Nora identifica a memória como uma forma primitiva ou sagrada de se pensar o passado em oposição à consciência histórica moderna de base científica.

Em outra perspectiva, temos a obra de Paul Ricoeur, que convida o historiador a pensar a historicidade e repensar epistemologicamente a história, desde “História e Verdade” (1954), tendo como ápice a obra “L’*Mémoire, l’histoire et l’oubli*” (2000). Segundo Bédarida, sua originalidade consiste em começar a análise com a memória antes de discutir a história. O enigma do fenômeno mnemônico é sua representação presente do passado ausente, como afirma Aristóteles: “a memória é do passado”. Assim, no lugar de opor memória e história, Ricoeur recusa a questão e, em termos alternativos, apresenta sua relação como inseparável, intrínseca. Nesse domínio do entrecruzamento, ao modo de um enigma, mil laços sutis engendram as múltiplas interferências entre o discurso da memória e o discurso histórico. Ele coloca uma rica matéria para reflexão dos historiadores propensos a classificações muito abruptas entre essas

partes, como é o caso do irritante culto da memória em que transborda o “espírito do tempo” (Zeitgeist) e que prolifera na mídia. Isto conduz a uma visão muito esquemática opondo, de um lado, a explicação histórica com o objetivo de busca da verdade e repouso numa pesquisa metódica e científica, e, de outro, a memória, representação carregada de humanidade e de autenticidade, mas fluida, introduzindo inevitavelmente um viés dentro do passado. Segundo o filósofo, dentro de sua pesquisa rigorosa da verdade, o historiador não pode reduzir os traços da memória a seus resíduos fraudulentos ou a suas ficções enganosas. Muito menos confinar a memória sob as sendas do psíquico, da impressão e do movente. Porque a história não poderá jamais se emancipar totalmente da memória.

Representando a tese “clássica” da relação história e memória, Paul Ricoeur propõe, na perspectiva de uma fenomenologia da memória, uma nova interpretação desta relação. A pesquisa do objeto da memória é feita ao mesmo tempo que seu processo. Ele observa que os gregos utilizaram duas palavras para designá-la: *mnéme*, que é afeição (*pathos*) tanto que lembrar surge dentro da memória e é reconhecido como passado, e *anamnésis*, ou anamnese, que é recordação, rememoração, busca da lembrança arrancada do passado. Logo, a história é o motor da busca, que tenta indefinidamente encontrar aquilo que Michel de Certeau chamou de “ausência de história”. Em consequência, ela constrói em vez de reconstruir (BÉDARIDA, 2001, p. 734-735).

Michael Frisch (1996) também enfatiza que apesar de em certos sentidos serem verdadeiramente opostos os conceitos de memória e história, muito têm em comum. Segundo ele, os estudos recentes estão marcados por situações, nas quais a história subverteu a memória e a memória subverteu a história. Isso não sugere apenas uma contradição ou paradoxo, mas sobretudo, uma tensão útil que contribuiu para que os historiadores focalizassem a problemática da própria memória coletiva, situando-a simultaneamente como fonte de alternativas e resistências ao poder estabelecido e como objeto de manipulação ideológica hegemônica por parte das

estruturas do poder cultural e político. Esta incorporação da memória à história proporcionou uma tensão produtiva que vem gerando novas abordagens à concepção tanto da história quanto da memória,

[...] nas quais o processo de dar sentido ao passado é entendido como uma capacidade mais geral, expressa de várias formas e modos, que podem ser mais bem entendidos como organizados em vetores de diferentes espectros, em vez de estarem agrupados em torno de noções polarizadas de história e memória. (FRISCH, 1996, p. 77-78).

Há ainda uma visão presente no debate sobre a história e memória, representativa do mundo acadêmico norte-americano. É o discurso da memória como re-encantamento, defendido por parte da intelectualidade pós-modernista, com base em sua simpatia pelo inefável – o excesso, o sublime, o enigma. Como exemplo, Klein (2000), analisando a obra de Marita Sturken, pontua que a História é modernismo, o Estado, ciência, imperialismo, uma ferramenta da opressão. Memória é pós-modernismo, o “excluído simbolicamente”, “o corpo”, “uma invenção cicatrizante e uma ferramenta da redenção”. Assim, segundo este historiador, não é acidental que nossa súbita fascinação pela memória ande lado a lado com o ajuste de contas pós-moderno em torno da consciência histórica como uma ficção opressiva. A memória pode ficar conhecida como uma fase da crise historiográfica contemporânea, precisamente porque ela figura como uma alternativa terapêutica para o discurso histórico (KLEIN, 2000).

## **A memória como fonte histórica**

Conforme François Dosse (2001), esse “momento memorativo” pôs em crise as categorias históricas de “espaço de experiência” e de “horizonte de expectativa”, substituindo-o por uma relação de solidariedade entre o presente e a memória de um passado cuja opacidade se tenta desvendar. O que resulta no privilégio do presente, do instante.



A outra consequência importante dessa subversão é uma reavaliação da noção de acontecimento, que é apreendida no âmago das metamorfoses a que a memória coletiva a submete. (DOSSE, 2001, p. 35).

Nora (s. d.) também acentua que as transformações pelas quais passa a historiografia contemporânea são produtos da própria aceleração e mundialização da história, em que a história não é mais privilégio do historiador, por conta do seu processo de democratização. Por conseguinte, o “presente adquiriu uma cor histórica; antes de toda a elaboração crítica, antes de passar tudo ao crivo, ele é vivido directamente como história” (NORA, s. d., p. 530-531).

Nesta perspectiva, um dos grandes temas da história do tempo presente foi o estudo da presença incorporada do passado no presente das sociedades e, logo, na configuração social das classes, dos grupos e das comunidades que as constituem. Os estudos dedicados às modalidades de construção e institucionalização das memórias contemporâneas foram decisivos para o início de novas pesquisas que tentam identificar, além do mero discurso histórico, as formas múltiplas e, possivelmente, conflitantes de rememoração e utilização do passado (CHARTIER, 1996, p. 216).

É interessante observar que a despeito da revolução historiográfica empreendida pela Escola dos *Annales*, a partir de 1929, a história contemporânea manteve seu estigma de objeto de estudo problemático e a sua legitimidade foi constantemente questionada. Como Pierre Nora afirmou, “a história contemporânea tornou-se uma história sem historiadores”. Todavia, René Rémond propõe três itens que comprovam a legitimidade científica e a relevância social da história do tempo presente. Primeiro, não há diferença entre a atividade de um historiador da Guerra do Peloponeso e a daquele que se interessa pela II Guerra Mundial. A proximidade não impossibilita a busca da verdade e o rigor da pesquisa é igual ou maior do que de outros períodos. Segundo, diz respeito à delimitação do campo que constitui o objeto próprio da história do tempo presente. Os historiadores do tempo presente devem rever continuamente a delimitação do seu campo de pesquisa, pois as

mudanças provocadas pela aceleração da história trazem novos temas, novos objetos, novas abordagens, como é o caso da Guerra Fria, do comunismo, da descolonização, que, em pouco tempo, deixaram de ser história do tempo presente para se tornarem objetos do passado.

Por fim, qual é o impacto da reintegração do tempo presente na perspectiva do historiador? Quais os efeitos sobre o seu ofício e a prática de seus métodos? De um lado, com relação às fontes, os arquivos perderam seu caráter exclusivo, na medida em que se recorreu às fontes orais, visuais, da imprensa etc. O historiador que trabalha com o tempo presente tem a desvantagem da abundância das fontes ao invés da penúria. Por outro lado, segundo Rémond, o historiador do tempo presente varreu os últimos vestígios do positivismo, tanto quando ele sabe que sua objetividade é frágil, quanto sobre sua importância para a construção dos fatos (RÉMOND, 1996, p. 203-209).

François Bédarida aponta ainda o caráter de história inacabada e em constante movimento que é, mais do que qualquer outra, constitutiva da história do tempo presente e é esse o desafio que temos que enfrentar quando nos deparamos com a questão da responsabilidade social do historiador na abordagem de temas controversos e que ainda tocam indelevelmente a vida das pessoas, como é o caso do racismo, do anti-semitismo ou da Guerra de Canudos e o Cangaço. Utilizando a imagem do *palimpsesto*, Bédarida afirma que “o tempo presente é reescrito indefinidamente utilizando-se o mesmo material, mediante correções, acréscimos, revisões”, num constante processo de reescrita (BÉDARIDA, 1996, p. 221).

É um debate ainda em aberto.

Abdón Mateos (2000) propõe a conceituação de história do tempo presente como distinta da história do passado recente ou da história imediata. Segundo ele, a história do tempo presente estuda “preferencialmente processos históricos que, ainda que sejam recentes, estão já encerrados ou para os quais existe uma mínima distância cronológica” (MATEOS, 2000). Já Mudrovic (2000) entende por história do tempo presente aquela historiografia que tem por objeto acontecimentos ou fenômenos sociais que constituem recor-

dações de pelo menos três gerações que compartilham o mesmo presente histórico (MUDROVICIC, 2000). Na mesma direção, Robert Frank (1999) também critica a noção de história imediata, pois se há imediatismo entre o historiador do presente e a testemunha, é necessária uma mediação na qual passa a reflexão crítica sobre o tempo e pela colocação do depoimento na perspectiva da espessura da duração, tanto do passado próximo, quanto longínquo. Segundo ele, essa é a diferença fundamental entre a “história do presente” e o trabalho sobre a “atualidade”, entre o historiador e o jornalista (FRANK, 1999, p. 117).

Jean Lacouture (1990), por outro lado, caracterizaria a história imediata como próxima, participante e, ao mesmo tempo, rápida na execução e produzida por um ator ou uma testemunha vizinha do acontecimento, da decisão analisada. E ressalta que o veículo e o lugar privilegiado da “história imediata” assumiu a denominação global de meios de comunicação de massa, o que impõe certa vigilância na utilização destas fontes de pesquisa. Segundo o autor, a “história imediata é uma projeção de nosso século convulsionado”. É na imediação da comunicação que impõe o desenvolvimento da história imediata, “sinais de bruma de uma sociedade alucinada por informações e no direito de exigir inteligibilidade histórica próxima” (LACOUTURE, 1990, p. 237-238).

Apesar de haver entre os pesquisadores da história do presente um consenso sobre a importância da mídia na constituição do próprio modo de ver e perceber o mundo contemporâneo, os estudos ainda se encontram de forma embrionária, carecendo de uma discussão mais acurada dos problemas metodológicos e da necessidade de se constituir em arquivos que incorporem as novas linguagens para a pesquisa histórica, tais como televisão, cinema, quadrinhos, internet, rádio, fotografia etc. No caso brasileiro, Luís Felipe Miguel (2000) demonstrou que, mesmo a mídia participando decisivamente de episódios da história política contemporânea, os trabalhos que abordam o século XX, especialmente a partir dos anos 30, mal mencionam os meios de comunicação, como é o caso de Thomas Skidmore, Boris Fausto e Ronaldo Costa Couto (MIGUEL, 2000).

Uma proposta para o historiador lidar com essas novas linguagens é não utilizá-las como confirmação – ou contraponto – de um conhecimento produzido a partir das fontes textuais. Mas reivindicá-las como objeto específico de estudo, decodificando a construção por meio de imagens, textos e sons, de uma memória das classes dominantes que objetivam utilizar determinada visão de história para impor seus valores à sociedade como um todo. Isto demonstra a importância deste material como fonte preciosa para a compreensão de comportamentos, visões de mundo, valores, identidades e ideologias da sociedade contemporânea.

A propósito, o pesquisador não pode se preocupar com os fatos e eventos da História em si, mas sim com a percepção do passado produzida pelos filmes, quadrinhos, reportagens, tentando encontrar aquilo que Marc Ferro (1976) chamou apropriadamente, no caso do cinema, de uma “contra-análise da sociedade”, de buscar “o não-visível através do visível” (FERRO, 1976). O que importa é o uso que se faz da história pelo filme, pelos quadrinhos, pela imprensa, evidenciando os interesses, os desejos e as necessidades que estão presentes na representação do passado, pois quando abordam um tema histórico artistas e intelectuais não efetuam uma mera reconstituição dos acontecimentos históricos na sua factualidade circunstanciada, mas sim o registro de virtualidades latentes da história individual e coletiva. Assim, o que se objetiva é tentar entender como as práticas, complexas, múltiplas, diferenciadas, constroem o mundo como representação.

## **História do tempo presente e história oral**

Essa discussão em torno da história presente traz consigo o debate sobre a história oral ou, se preferir, das fontes orais, no processo de produção do conhecimento histórico. Nosso objetivo aqui é elaborar, sucintamente, uma visão crítica do modo como os historiadores têm usado a memória como instrumento de pesquisa.

Conforme P. Joutard, afora a história africana que sempre se serviu de fontes orais, a história se constituiu, enquanto disciplina

científica, como crítica da tradição oral, desde o século XVII. A reintrodução da fonte oral, ou seja, da memória como fonte histórica na segunda metade do século XX, encontrou fortes resistências no mundo intelectual ancorado na tradição escrita, como foi o caso da França. A exceção foram os Estados Unidos, onde foram desenvolvidos projetos a partir da coleta de depoimentos pessoais por meio de gravador na década de 1940. Liderado por Allan Nevins, esse programa de entrevistas voltado para a atuação das elites dominantes norte-americanas transformou-se no Columbia Oral History Office, que serviu de modelo para outros centros que foram criados nos anos 50 em bibliotecas e arquivos no Texas, Los Angeles e Berkeley (JOUTARD, 1996, p. 43-45).

Desde os anos 1960, o estudo da história oral e a análise etno-histórica da tradição oral, associada a Jan Vansina e seus discípulos e críticos ocupam lugar de destaque nas principais instituições acadêmicas internacionais. Ainda que tenham várias finalidades, o principal objetivo de seus pesquisadores é a reconstrução do passado a partir de fontes orais, quer diretamente, quer após cuidadoso processo de tratamento e análise. Mas, desde então, a tônica dos debates sobre as fontes orais tem incidido sobre se são ou não verdadeiras. Temos aqui uma clara influência da matriz positivista para a análise das fontes orais, pois, a memória é um fenômeno complexo não suscetível de ser submetido a uma prova de verdade pela mera aplicação de um conjunto de regras ou pelo recurso tecnológico do registro da atividade cerebral. A memória é uma forma de evidência histórica e deve ser avaliada como tal (LUMMIS, 1991, p. 99).

Como afirmaram J. Fentress e Chris Wickham, o que importa aqui não é o fato de determinada memória ser “verdadeira” ou não, mas sim o significado social da memória, sua estrutura interna e seu modo de transmissão, por parte de determinado grupo social. Segundo estes autores, o que geralmente falta neste debate é a noção da particular natureza da memória como fonte, na medida em que a história oral se assenta na memória e não em textos. Os historiadores orais têm preferido tratar a memória como “um conjunto

de documentos que acontece estarem dentro da cabeça das pessoas e não no Arquivo público". (FRENTRESS; WICKMAN, 1992, p. 14).

Robert Frank afirma que para se construir a fonte oral, há a necessidade de se solicitar a memória daquele que depõe. A memória como fonte para o historiador é, em muitos casos, insubstituível, mas é também fonte geradora de mitos, de deformações que o historiador deve depurar em seu trabalho. Daí a necessidade de o historiador analisar os erros e os mitos veiculados pela memória,

[...] tomá-los tais como são, colocá-los em perspectiva histórica, em poucas palavras, fazer sua história. É uma grande sorte para o historiador do presente, graças às testemunhas que interroga, poder fazer a arqueologia da memória coletiva. (JOUTARD, 1996, p. 107, 112).

Roger Chartier (1996) interpõe um elemento relevante para a análise do tempo presente, pois o seu historiador "é contemporâneo de seu objeto", partilhando, assim, "com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais". Neste sentido, o historiador do tempo presente é pois

[...] o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e o dos homens e mulheres cuja história ele escreve. (CHARTIER, 1996, p. 216).

Em sua visão antipositivista da história oral, Alessandro Portelli (1991) nos adverte sobre a natureza essencialmente subjetiva da memória, reiterando que

[...] a história oral se narra a partir de uma multiplicidade de pontos de vista e a imparcialidade tradicionalmente reivindicada pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador.

O autor assim coloca que, por possuírem histórias e crenças pessoais diferenciadas, os historiadores e as fontes estabelecem uma confrontação de suas particularidades. Assim, é na confrontação entre

as partes envolvidas, seja como “conflito”, seja como “busca de unidade”, que reside a riqueza da história oral (PORTELLI, 1991, p. 51).

Portanto, a escolha dos entrevistados não pode ser orientada por critérios meramente quantitativos e sim a partir do método qualitativo, já que buscamos as representações que os entrevistados fornecem sobre determinado tema, partindo de sua posição no grupo e do significado de sua experiência. Nessa proposta, não se busca a utilização dos depoimentos orais como instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas, preocupando-se em garantir ao máximo a veracidade e a objetividade dos depoimentos orais e excluindo as possíveis distorções. Mas perceber os usos políticos do passado pelos grupos sociais, numa espécie de confronto de memórias, na perspectiva de privilegiar as representações do passado, uma história das metamorfoses da memória, tomando como objeto de estudo a memória coletiva.

Segundo Meihy (1999), no caso brasileiro, o estudo da história oral tem demorado a se desenvolver pela ausência de tradições institucionais não-acadêmicas que se empenhassem em desenvolver projetos registradores das histórias locais, bem como de vínculos universitários com os localismos e a cultura popular. Por outro lado, não podemos esquecer dos obstáculos causados pelo clima repressivo da ditadura militar nos anos 70, quando da introdução da história oral no Brasil, já que a palavra depoimento era associada, de um modo geral, a interrogatório pela população, mas também a resistência da comunidade acadêmica por conta da parcialidade da fonte oral. Esta lacuna vem sendo suprida com a intensificação de pesquisas nesta direção no âmbito dos cursos de pós-graduação em História nas últimas décadas. Seu desenvolvimento ocorreu paralelamente à emergência da democracia no Brasil, onde grupos sociais, antes marginalizados, buscavam sua afirmação identitária como, por exemplo, o movimento negro e a organização dos povos indígenas, o que expandiu, enormemente, seus estudos e reflexões tanto nas universidades, quanto em museus e instituições particulares de pesquisa (MEIHY, 1999).

Resultado dos avanços tecnológicos – gravador, vídeo e computador – a história oral se apresenta como forma de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida, mantendo um compromisso com o contexto social. A razão de ser desta história é exatamente “a presença do passado no presente imediato das pessoas”. Ela é sempre uma história do tempo presente, uma história viva. Poderíamos, então, qualificá-la como uma “história com testemunhas”. Com os recursos tecnológicos de gravação, o historiador não apenas escreve a história, mas também produz a fonte que poderá ser utilizada por outros pesquisadores. Esta é a rica complexidade da história oral, fonte e, ao mesmo tempo, produto historiográfico, pois o registro só se obtém através da interferência do historiador (MEIHY, 1996).

### **A memória como fenômeno histórico**

No momento atual, vivemos uma profunda revisão nos modos de pensar e reconstituir o passado, especialmente no que se refere ao questionamento sobre as formas modernas de estruturação dos critérios de plausibilidade científica da história, nos moldes iluministas. Dentro desta perspectiva, emerge na historiografia contemporânea um significativo movimento de memorização, traduzida na ressubjetivação e repoetização do passado. Em consequência disso, memória e identidade aparecem como uma das chaves de compreensão da situação atual desta historiografia. Entretanto, para a história, “não são as memórias e identidades os pontos centrais, mas as suas respectivas representações nas experiências e expectativas de vida”. (DIEHL, 2002, p. 143-144).

Pedro Cardim (1998) chama a atenção para o fato de que a memória social engloba o vasto repositório de informação em que assenta o viver social, gerada, transmitida e adquirida através da dimensão performativa da existência da sociedade. Uma memória que se vincula ao próprio conceito de cultura, no sentido de que se assentam os quadros de sentido e de referência que funcionam como princípios geradores, esquemas de percepção, de apreciação e de



ação. Uma memória concretizada tanto ao nível das relações familiares, nos gestos desempenhados no cotidiano, nos hábitos enraizados, quanto em sua complexa mistura de supressão e de recriação do passado que, apesar do seu caráter fundamentalmente transformativo, permite conservar o essencial da recordação sobre o passado (CARDIM, 1998).

Para lidar com esta questão, lembremos da noção de memória coletiva proposta, já nas décadas de 1920 e 1930, por Maurice Halbwachs. Segundo ele, a memória individual deve ser entendida como um fenômeno social e coletivo, submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. Assim, cada memória é essencialmente uma memória coletiva e não existem memórias individuais no sentido estrito da palavra. Como aponta Ecléa Bosi, a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a ele. Assim sendo, na maioria das vezes, lembrar não é reviver, mas reconstruir, com as imagens do presente, as experiências do passado. Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo e esta à tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade (BOSI, 1979; HALBWACHS, 1990). Assim, Halbwachs compreendeu que a memória, como ato de reconstrução, nunca é idêntica a qualquer imagem do passado, “mas que há lugares da memória que podem ser estudados como formas de acesso ao passado”. (SANTOS, 1998, p. 161).

Ankersmit (2002) tenta relativizar a visão extremista de Halbwachs em torno da dicotomia entre memória individual e memória coletiva, interrogando “por que não devemos ter *ambas* memórias individual e coletiva?”. Segundo ele, existe uma sutil, mas mesmo assim crucial diferença entre “lembrar” e “lembrar de”. Mas concordando com a lógica de sua noção de memória coletiva, Halbwachs estende o domínio dos eventos que nós efetivamente podemos lembrar além do nosso nascimento. A memória coletiva guia nossa vida, renovando em si e desenvolvendo um limbo indefinível entre passado e presente. E pode-se estabelecer um contato direto e imediato com o passado até agora aberto para nós. O

passado nostálgico não é, contudo, cortado de nós no presente e pode persistir no tipo de indivíduos que têm uma sensibilidade específica para isto. Segundo Ankersmit, a lembrança do passado é primeiramente individual, mas, de fato, só sobressai no pano de fundo coletivo (ANKERSMIT, 2002).

Michael Pollak (1989) também chama a atenção para o fato de que Halbwachs, dentro de uma análise durkheimiana, longe de ver a memória coletiva como uma imposição, uma forma específica de dominação, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, especialmente por reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo. Nesta leitura, a nação é a forma mais acabada de um grupo e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva. A história oral, ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas dominadas, opõem-se à memória oficial, no caso a memória nacional. Assim, a memória se torna um campo de disputa, de confronto (POLLAK, 1989, p. 3-4). Isso nos mostra que se a memória é um fenômeno construído social e individualmente, ela é também um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, no sentido de que é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coesão de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

Cabe aqui explicitar nosso entendimento sobre memória e identidade. No que se refere ao primeiro, pode ser definido como “o conjunto de representações explícitas, explicadas, conscientes sobre o passado”. (HESPANHA, 1998, p. 21). Ao nível do senso comum, a memória liga-se às tradições familiares e a grupos, representando as possibilidades de aprendizagem e de socialização, como continuidade e identidade das tradições. Mas também por ser coletiva, a memória assume funções como de identificação cultural, de controle político-ideológico, de diferenciação e de integração (DIEHL, 2002, p. 146-147).

Com relação à identidade, Jörn Rüsen afirma que ela é

[...] um momento essencial da socialização humana. Justamente por isso está exposta às contínuas dificuldades que os homens encontram consigo e com os demais, quando se socializam. [...] A identidade é, por conseguinte, um processo social de interpretação recíproca de sujeitos que interagem entre si. (RÜSEN, 2001, p. 86-87).

Com propriedade, Muniz Sodré (1999) articula os dois conceitos, afirmando que a identidade

[...] é de fato algo implícito em qualquer representação que fazemos de nós mesmos. Na prática, é aquilo que nos lembramos. A representação determina a definição que nos damos e o lugar que ocupamos dentro de um certo sistema de relações. O *idem* latino faz referência à igualdade ou à estabilidade das representações, possibilitadas pela ordem simbólica e pela linguagem, mas também à unidade do sujeito consigo mesmo. A consciência, enquanto forma simbolicamente determinada, é lugar de identidade. (SODRÉ, 1999, p. 35).

Assim, buscamos perceber as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou indivíduo, um ser-percebido constitutivo de sua identidade:

[...] uma que pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma; outra que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá a si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade. (CHARTIER, 1991, p. 183).

Mas não esqueçamos que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais que opõem grupos políticos diversos existentes na comunidade. Daí a ênfase no caráter histórico e performativo da memória e da identidade, pois

"[...] a instituição da memória social não é um processo exterior às práticas sociais dos agentes históricos que se conflitam na história, mas sim resultado desta ação." (NEVES, 1991, p. 308, 310).

Ao estar atenta às questões colocadas pelos conflitos presentes e sendo questionada pelas ações dos dominados, a memória não pode estar fixa na herança subjetiva legada pelo passado, mas necessita ser re-criada continuamente para que possa dar um sentido à ordem presente. Assim, as memórias e identidades não são coisas fixas, mas representações ou construções da realidade, um fenômeno subjetivo ao invés de objetivo. Memórias ajudam-nos a compreender o mundo em que vivemos, e o trabalho da memória é, como qualquer outro tipo de trabalho mental ou físico, embutido no complexo de relações de classe, gênero e de poder que determinam o que é lembrado (ou esquecido), por quem e para que fim (GILLS, 1996, p. 3).

Nesta perspectiva, como salientou J. Le Goff, a memória coletiva

[...] é um instrumento e um objetivo do poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 1984, p. 46).

A propósito, nossa opção por trabalhar a memória das sociedades tradicionais sobre acontecimentos fundantes da sua história – do ponto de vista dos agentes sociais – leva em conta que as práticas sociais intervêm profundamente na determinação das funções e eficácia da memória (MENEZES, 1999, p. 16). Os historiadores que trabalham com a memória enfatizam que os principais elementos constitutivos da memória – individual ou coletiva – são os acontecimentos vividos pessoalmente ou aqueles dos quais a pessoa nem participou, mas que, no imaginário, tomaram tanto relevo que é quase impossível saber se ela participou ou não; as pessoas ou personagens – aqui igualmente se aplica a observação anterior – e, finalmente, os lugares da memória (POLLAK, 1992, p. 200-212).

Nesta direção, o conceito de “lugar de memória”, proposto por Nora, pode oferecer a possibilidade de diálogo do historiador com esses resquícios do passado que traduzem a busca, do ser humano pela identidade social – essa experiência coletiva de formação da cultura e da sociedade, traduzida, em sua interpretação do passado, pelo reconhecimento das similitudes e diferenças simbólicas e sociais. Essa discussão é fundamental para nossa análise, na medida em que é pela memória, ritualmente exercida, que as identidades coletivas e individuais são reforçadas e/ou redefinidas. Em seu diálogo com a assertiva de M. Halbwachs de que “não há memória coletiva que não se desenrole num quadro espacial” (JOUTARD, 1993, p. 527), Pierre Nora afirma que os lugares da memória são, antes de tudo, restos, vestígios ocasionados pela aceleração da história contemporânea. Nossa sociedade, ao valorizar, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado, faz com que os museus, arquivos, centros de documentação e bibliotecas constituam-se em marcos de testemunhas de outra era. Se não há memória espontânea, é necessário criar arquivos, museus, praças, centros de documentação etc. (NORA, 1993, p. 13).

Então, os lugares de memória

[...] podem ser considerados esteios da identidade social, monumentos que têm, por assim dizer, a função de evitar que o presente se transforme em um processo contínuo, desprendido do passado e descomprometido com o futuro. (NEVES, 2000, p. 112).

Assim, não podemos esquecer que a memória não é apenas ideológica, mitológica e não confiável, mas principalmente uma forma de garantir o direito às identidades (PORTELLI, 2000).

Talvez por isso a memória e a identidade estejam tão presentes no vocabulário histórico no início do século XXI. A intensa tentativa do registro das lembranças expressa o temor pelo desaparecimento do passado, em virtude de um tempo cada vez mais avassalador e marcado por transformações abruptas. Em busca de um sentido para a vida prática, as pessoas, grupos e povos procuram reinventar referenciais esquecidos ou silenciados. Há, assim,

uma politização da memória, fazendo com que a presença de múltiplas memórias subterrâneas obriguem aos poderes a negociarem sua legitimidade (D'ALESSIO, 1998, p. 269-280), especialmente no que se refere às comemorações.

## **Comemoração e identidade nacional**

Mas qual o papel das comemorações neste contexto? E quais suas relações com a identidade nacional? A resposta em parte está na forma como uma comunidade ou nação é recordada da sua identidade, representando-a e contando-a numa metanarrativa, pois ela é muito mais do que uma história que se conta e sobre a qual se reflete, é um culto encenado. Talvez porque a comemoração torna-se mais real e mais intensa que o comemorado e o passado revivido torna-se mais atual do que o passado em si.

Há um relativo consenso entre os historiadores de que na atualidade vivemos uma crise das formas tradicionais de se legitimar, reproduzir e representar a memória nacional. As comemorações servem para ritualizar a história, reinventando o passado em busca de uma reatualização da identidade nacional, no sentido da criação de uma solidariedade coletiva. História, memória e mitos são acionados para se definir o quê e quem faz parte de um todo chamado nação. A produção das comemorações serve, assim, para reforçar os mitos e escolher os que melhor funcionam no momento presente, visando produzir solidariedade social e viabilizar projetos coletivos futuros (OLIVEIRA, 2000). Comemorar vem do latim *commemorare*, que significa trazer à memória; fazer recordar, lembrar. Assim, é através da comemoração – festa, celebração, solenidade – que se demarca na memória coletiva aquilo que deve ser lembrado, aquilo que deve ser esquecido. O que reitera que debater sobre memória é discutir a disputa em torno do controle do passado. Uma questão de poder. A comemoração aqui é encarada como elemento central da construção da identidade e está fundada na memória (FERREIRA, 1997, p. 157).

A atividade comemorativa é, por definição, social e política, já que envolve a coordenação das memórias individuais e coletivas, cujos resultados podem parecer consensuais quando eles de fato são o produto de processos de intensa contestação, luta, e, em alguns casos, de aniquilação (GILLS, 1996, p. 5). Neste sentido, como o relacionamento entre memória e identidade é histórico e se registra de variadas formas, as comemorações se constituem em ocasiões especialmente ricas para a reflexão do historiador, na medida em que possibilitam uma avaliação do que já foi produzido e a abertura de novas formas de compreensão histórica. As comemorações tendem a inscrever os atos humanos em um tempo mítico, destituindo do homem sua historicidade.

Desde a publicação do trabalho organizado por Pierre Nora, tem se tornado um lugar comum na cultura contemporânea a afirmação de que nós vivemos numa “era das comemorações”. Isto pode ser percebido no mundo ocidental, tanto na França desde as comemorações do Bicentenário da Revolução Francesa (1989) e de maio de 1968, quanto no Brasil, a partir das comemorações do centenário da Abolição da Escravidão, em 1988, e da Proclamação da República, em 1989.

A década de 1990 foi toda demarcada por eventos comemorativos no Brasil, fazendo emergirem discursos antes marginalizados no contexto da história oficial, como o Tricentenário de Zumbi dos Palmares (1995), os Centenários da Guerra de Canudos (1993-1997) e o Centenário de nascimento de Lampião (1997-1998). Por outro lado, os anos 90 assistiram, como já dito, uma significativa proliferação de estudos sobre a memória, mas também a criação de diferentes espaços e lugares de memória.

Essa interpelação de memórias subterrâneas nos aproxima daquilo que Homi Bhabha chamou de nação como narrativa, na qual o conceito de “povo” emerge dentro de uma série de discursos como um movimento narrativo duplo, na medida em que temos um território conceitual disputado. Aqui o povo tem de ser pensado num tempo-duplo. De um lado, o povo aparece “como ‘objeto’ histórico de uma pedagogia nacionalista, que atribui ao discurso

uma autoridade que se baseia no pré-estabelecido ou na origem histórica constituída no passado". De outro, "o povo consiste também em 'sujeito' de um processo de significação que deve obliterar qualquer presença anterior e originária do povo-nação", a fim de apresentar "[...] o povo como contemporaneidade, como aquele signo do presente através do qual a vida nacional é redimida e reiterada como um processo reprodutivo." (BHABHA, 2001, p. 206-207).

Nesta perspectiva, na produção da nação como narração

[...] ocorre uma cisão entre a temporalidade continuísta, cumulativa, do pedagógico e a estratégia repetitiva, recorrente, do performativo. É através deste processo de cisão que a ambivalência conceitual da sociedade moderna se torna o lugar de escrever a nação (BHABHA, 2001, p. 206-207).

Então Bhabha questiona a visão da identidade essencialista da nação, no sentido de que ele associa a identidade cultural com o processo pedagógico de sedimentação histórica, do qual ele contrasta as identificações mutáveis evocadas no processo performativo de significação da idéia de nação. Como bem assinalou Lewis D. Wurgaft, os ensaios de Bhabha possibilitam uma leitura sofisticada das múltiplas identidades da nação moderna e, ao mesmo tempo, o ímpeto paradoxal de seu argumento surge para minar as mínimas condições de articulação para formas viáveis de coesão grupal (WURGAFT, 1995).

Nora lembra-nos que os usos sociais da memória são mais diversos e variados que as lógicas identitárias. Exige-se para analisá-las o reconhecimento de que a memória nacional não é uma experiência definitiva, um repertório fechado, mas um campo de forças em perpétua elaboração e em constante remanejamento. Isto pode nos ajudar a compreender a crise do modelo clássico de comemoração, que supunha uma soberania impessoal e afirmativa da Nação, da República, do Estado. Este modelo repousa, assim, na busca da unidade de uma história, baseando-se sobre uma ordem e uma hierarquia, portanto, uma memória nacional unitária. A sua liberação inaugurou uma batalha de memórias, o que ocasionou a politização da co-



memoração. Este fato foi particularmente responsável pela proliferação das comemorações, transformando, de fato, o sistema por inteiro, laicizando-o e democratizando-o. Há uma dupla consequência e de sentido inverso: de um lado, o código e o significado da comemoração passaram para grupos particulares, partidos, sindicatos e associações, com todos os conflitos internos e as contestações inevitáveis que eles pressupõem na organização da cerimônia em si; de outro, e ao contrário, a manifestação nacional tornou-se menos a expressão militante da unidade de um grupo que a unidade conflituosa de todos os grupos no interior da democracia. O autor arremata dizendo que as comemorações contemporâneas tornaram-se doravante “lugares de memória” e os “lugares de memória” se saturaram de comemorações: a reaproximação, por fim, se impôs no mundo contemporâneo (NORA, 1997, p. 4694, 4688).

Em diálogo com Nora, Franklin R. Ankersmit elabora interessantes questionamentos sobre o significado das comemorações no nosso tempo, mostrando que a comemoração não somente mostra-nos como nós percebemos o passado, mas que é também um depósito, até aqui ignorado, de evidência sobre o passado em si. No que se refere às relações entre comemoração e escrita histórica, ele propõe que a segunda adiciona nosso conhecimento do passado, enquanto a comemoração alarga o passado em si. Não existe modo mais apropriado para expressar esta diferença entre escrita histórica. De um lado, e comemoração, de outro, a afirmação de que escrita histórica pode dar-nos um entendimento do passado, enquanto que comemoração quer dar-nos o passado em si.

Franklin Ankersmit tenta explicar o dilúvio de comemorações desencadeado com os bicentenários da Revolução Americana e da Revolução Francesa, propondo que, em primeiro lugar, a comemoração nos provoca uma certa trivialização do passado, pois só comemoramos o passado porque o que é comemorado significa algo para nós. As comemorações exemplificam, talvez melhor que qualquer coisa, o que pode descrito, segundo o autor, como “a privatização do passado”. O passado político e nacional está morto, e tem sido agora repostado através de muitos relacionamentos indivi-

duais com o passado de indivíduos e de grupos de indivíduos. Isto tem implicações para a comemoração em si: as comemorações originadas ou estimuladas pelo centro político perderão mais e mais seu poder sobre as pessoas, enquanto a periferia será o lugar natural de todo desejo comemorativo. O que, segundo Ankermit, ocasiona uma vitória parcial do passado em si sobre a escrita histórica (ANKERSMIT, 2002).

O debate aqui alinhavado evidencia o seu impacto na história cultural e política sobre a função dos rituais públicos não somente como instrumentos de projetos da elite hegemônica e como ponto de conflito em torno da memória coletiva e da identidade nacional, mas também como oportunidades para a expressão das mais exuberantes formas e idéias populares da resistência subalterna.

Neste sentido, estas reflexões podem colaborar para se analisarem, por exemplo, as batalhas das memórias em torno da Guerra de Canudos (1993-1997). Estas disputas se manifestaram de modo particular nas comemorações dos centenários, na medida em que diversos grupos sociais atuantes no sertão do Nordeste brasileiro construíram sua leitura sobre os fenômenos em questão, a partir de um viés social, de clara influência do marxismo e do pensamento de esquerda no Brasil, tentando demonstrar sua atualidade no contexto das lutas sociais na contemporaneidade.

Durante as comemorações dos centenários da Guerra de Canudos, os eventos realizados por diferentes entidades e instituições na região do Sertão de Canudos têm incentivado a reflexão entre os canudenses da necessidade de se conhecer a história de Canudos como elemento central de sua identidade, excitando seu imaginário social. Estes depoimentos vão ser recuperados como possibilidade de uma memória alternativa por uma vertente, próxima da matriz marxista, composta de diversos segmentos sociais que objetivam, no contexto das comemorações, resgatar a experiência social desenvolvida por Antônio Conselheiro, para caracterizá-la como uma experiência igualitária de sociedade e uma possibilidade de poder alternativo no seu confronto com a ordem coronelística vigente à época: Igreja Católica, em sua ala progressista; o Movimento Histórico e Popu-

lar de Canudos; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), alguns segmentos intelectuais ligados às universidades da região (Sergipe, Bahia e Pernambuco), militantes do movimento sindical baiano e sergipano, além de artistas e o povo da terra. É interessante observar que, à época do Massacre de Eldorado dos Carajás, foi estabelecida pela imprensa a ponte entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Canudos. Na fala do diretor de teatro, Antunes Filho, "Canudos é oportuno porque permite discutir o problema dos sem-terra". (MEDEIROS, 1996).

A polêmica sobre esta associação se dá no filme de Antônio Olavo, durante a comemoração da fundação de Belo Monte, quando vários depoimentos de estudiosos da história de Canudos tendem a divergir sobre o aspecto igualitário e socialista da comunidade de Belo Monte, tal como reconstruído pelos movimentos sociais, partidos políticos de esquerda e Igreja Católica da região. Temos os relatos de Renato Ferraz e José Calasans que propõem a existência de uma comunidade em Canudos próxima das outras cidades nordestinas, duvidando da imagem construída pela esquerda de uma sociedade igualitária e exemplo de reforma agrária. Vislumbramos aqui as diferentes perspectivas de se trabalhar a memória da Guerra de Canudos na região: uma que pensa Canudos como experiência social e outra como experiência de guerra. No primeiro caso, encontramos a Igreja Católica e os movimentos sociais que tentam construir, a partir das celebrações, uma tradição de lembrar os motivos que levaram ao conflito e que, de certa forma, permanecem presentes até hoje – analfabetismo, mortalidade infantil, concentração fundiária, grilagem etc. –; discutindo com os camponeses nas suas comunidades a experiência social da cidade de Belo Monte. Em 1997, por exemplo, a Comissão responsável pela Romaria de Canudos escolheu como tema a denúncia do crime perpetrado contra a comunidade camponesa do nordeste da Bahia – "Canudos: 100 anos do massacre no sertão (1897-1997) – Sangue Derramado, Terra Fecundada". No segundo caso, inserimos o Projeto Canudos e a criação do Parque Estadual de Canudos, sob a coordenação da UNEB e o apoio logístico do Exército, que intencionam a preserva-

ção local dos combates entre as forças legalistas e conselheiristas, numa inspiração eminentemente histórico-militar. Suas principais fontes de pesquisa têm sido, além dos vestígios arqueológicos, as memórias dos soldados combatentes. O parque foi inaugurado, em sua primeira etapa, no dia 13 de junho de 1997, dentro das comemorações do centenário do final da Guerra de Canudos.

Canudos não se tornou história, é ainda memória, campo de vivência e de luta. Briga pelo presente e é uma ferida aberta nas lutas políticas da região do Nordeste brasileiro. Como todo programa político está intimamente ligado a um projeto de reconstrução do passado, o caso de Canudos tornou-se, nos anos de 1980 e 1990, emblemático para os diferentes projetos políticos em confronto, resultando numa intensa produção cultural, tanto erudita, quanto popular, em torno dos temas, especialmente face à emergência cada vez maior de uma consciência camponesa que interpelava (e interpela) toda a sociedade brasileira.

## **Considerações finais**

Ao comemorar, (re)fazemos a história? Essa questão crucial no debate da historiografia contemporânea faz o historiador refletir sobre o funcionamento do imaginário social e de seus mecanismos de apropriação dos acontecimentos históricos.

Em nossa leitura sobre história e memória na era das comemorações, buscamos escapar de análises dicotômicas sobre o relacionamento entre ambas as categorias. Dialogando com diferentes tradições intelectuais, percebemos que a emergência da memória no discurso historiográfico contemporâneo e no senso comum demonstra o temor dos indivíduos, grupos sociais e nações com relação ao desaparecimento do passado por conta de um tempo cada vez mais avassalador, marcado por transformações abruptas. Em busca de um sentido para a vida prática, as pessoas, grupos e povos procuram reinventar referenciais esquecidos ou silenciados. Essas memórias subterrâneas conduzem a uma politização da memória,

que faz com que se obriguem os poderes a negociarem a legitimidade destas memórias no conjunto da sociedade, especialmente no que se refere às comemorações e na proliferação de memórias coletivas na mídia. Temos, assim, uma história cada vez mais plural, fustigada pelas minorias e marginais numa constante luta narrativa em torno da nação. Neste sentido, temos as contra-narrativas da nação que continuamente interpelam e rasuram suas fronteiras totalizadoras – tanto reais quanto conceituais –, perturbando as manobras ideológicas que concebem uma identidade essencialista da nação, tal como nos alerta Bhabha (2001). É aqui que surgem questionamentos da memória nacional como unidade, propondo-a como diversidade.

Assim, podemos discutir o papel do historiador e da história no confronto das memórias coletivas e a sua importância no contexto da dominação social no mundo contemporâneo. E, ao colocar a memória como objeto de pesquisa para o historiador, evidenciar que

[...] a memória colectiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória colectiva. (LE GOFF, 1984, p. 13).

Portanto, no contexto da emergência de uma consciência democrática e de cidadania no Brasil, os grupos sociais tentam evitar o esquecimento e, ao produzir identidades coletivas entre os diversos atores sociais emergentes e o Estado, colocam em evidência a importância da memória e a relevância social do historiador enquanto trabalhador da memória. O direito à memória torna-se, assim, dimensão fundamental da cidadania e, neste sentido, devemos trabalhar para que a memória coletiva “sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1984, p. 47). Esta questão não se resume ao caso brasileiro e podemos afirmar que é, senão universal, parte das preocupações sociais do mundo ocidental.

## Nota

\* Professor do Departamento de História/Universidade Federal de Sergipe; Doutorando em História Cultural pela Universidade de Brasília. Publicou, entre outros, "Canudos plural: memórias em confronto nas comemorações dos centenários de Canudos (1993-1997)". "História oral dos trabalhadores rurais sem terra em Sergipe (1985-1996): uma primeira aproximação com a entrevista de Guido Branco". "As descobertas do Brasil: o mito da fundação do Brasil nos filmes de Humberto Mauro e MÔ Toledo". "O cangaço no sertão das memórias". Agradecimentos aos professores Maria Therezinha F. N. de Mello, Márcia de Melo M. Kuyumijian e Estevão de Rezende Martins pela leitura atenta e crítica deste ensaio, produzido no âmbito de seus seminários de pesquisa no doutorado em História na Universidade de Brasília.

## Referências

ALBERTI, Verena. **Vender história? A posição do CPDOC no mercado das memórias**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996.

ANKERSMIT, F. R. **Commemoration and national identity**. 2002. Mimeografado.

BÉDARIDA, François. Une invitation à penser l'histoire. Paul Ricoeur, La mémoire, l'histoire et l'oubli. **Revue Historique**, Paris, PUF, n. 619, p. 734-735, jui./sep. 2001.

\_\_\_\_\_. Tempo presente e presença na história. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T. Queiroz, 1979.

BURKE, Peter. **Varieties de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CAMARGO, Célia; LOBO, Lúcia. A pesquisa histórica e as fontes não convencionais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 20, 1984.

CARDIM, Pedro. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Cursos da Arrábida: a História: entre memória e invenção**. Lisboa: Publicações Europa-América/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. São Paulo: IEA/USP, 11 (5), 1991. p. 183.

\_\_\_\_\_. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. 2. ed. Oeiras: Celta, 1999.

D'ALESSIO, Márcia Mansur. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. **Projeto História**, São Paulo, (17), p. 269-280, nov. 1998.

DECCA, Edgar Salvadori de. Desavenças da história com a memória. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

DIEHL, Aston Antônio. Memória e identidade: perspectiva para a história. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Usos de memórias (política, educação e identidade)**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2002. p. 143-144.

DOSSE, François. **A História à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral, comemorações e ética. **Projeto História**, São Paulo, (15), abr. 1997.

\_\_\_\_\_. História oral: um inventário das diferenças. In: \_\_\_\_\_ (Coord.). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FERRO, Marc. Filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAVEAU, A.; TÉTARD, Ph. (Org.). **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

FRENTRESS, James; WICKMAN, Chris. **Memória social**. Lisboa: Teorema, 1992.

FRISCH, Michael et al. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

GILLS, John R. Introduction: memory and identity: the history of a relationship. In: \_\_\_\_\_. (Dir.). **Commemorations: the politics of national identity**. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1996.

HALBWACHS, M. **Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

\_\_\_\_\_. **Les cadres sociaux de la mémoire**. 2. ed. Paris: Albin Michel, 1994.

HESPANHA, António Manuel. Senso comum, memória e imaginação na construção da narrativa historiográfica. In: CARDIM, Pedro (Org.). \_\_\_\_\_. 1998.

HUTTON, Patrick H. Collective memory and collective mentalities: the Halbwachs-Ariés connection. **Historical Reflections**, 15, n. 2. p. 311-322, 1988.

JOUTARD, Ph. Memória coletiva. In: BURGUIÈRE, André (Org.). **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

\_\_\_\_\_. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

KLEIN, Kerwin Lee. On the emergence of memory in historical discourse. **Representations**. Winter, University of California Press, 2000.



LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, Jacques (Org.). **Memória e história**. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

LUMMIS, Trevor. La memoria. In: SCHWARZSTEIN, Dora (Org.). **La historia oral**. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1991.

MATEOS, Abdón. Historia, memoria, tiempo presente. **Hispania Nova: Revista de História Contemporânea**, Disponível em: <<http://hispanianova.rediris.es>>. Acesso em: 13 abr. 2000.

MEDEIROS, Jotabê. Saga de Canudos ressurge da fé das cinzas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 ago. Caderno 2, 1996.

MEIHY, José C. S. Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. Oral history in Brazil: development and challenges. **The oral History Review**, Summer-Fall, Oral History Association, v. 26, n. 2, 1999.

MENEZES, Ulpiano T. B. de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: EdUNESP/FAPESP, 1999.

MIGUEL, Luís Felipe. Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos de história política do Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH, v. 20, n. 39, 2000.

MUDROVIC, Maria Inês. Alguns consideraciones epistemológicas para una historia del presente. **Hispania Nova: Revista de História Contemporânea**, disponível em: <<http://hispanianova.rediris.es>>. Acesso em: 13 abr. 2000.

NEVES, Frederico de Castro. A construção da memória regional: fundamentos metodológicos. **Anais do V Encontro de Ciências**

**Sociais do Nordeste.** Recife/PE: Instituto de Pesquisas Sociais/Fundação Joaquim Nabuco, 1991.

NEVES, Lucília de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. **História Oral**, São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, n. 3, jun. 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, 10, 7-28, dez. 1993.

\_\_\_\_\_. L'ère de la commémoration. In: NORA, Pierre (Dir.). **Les Lieux de Mémoire (Les Francs)**. v. 3, Paris: Gallimard, 1997. p. 4694, 4688.

\_\_\_\_\_. Memória colectiva. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. (Dir.). **A Nova História**. Coimbra: Edições Almedina, [s. d.], p. 453.

\_\_\_\_\_. Presente. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. (Dir.). **A nova história**. Coimbra: Edições Almedina, [s. d.].

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Nas comemorações, duas visões opostas. **Jornal do Brasil**, Caderno idéias especial – de Cabral a Cardoso. Identidades. Disponível em: <[www.jb.com.br/destaques.500anos/id3ma1.html](http://www.jb.com.br/destaques.500anos/id3ma1.html)>. Acesso em: 13 mai. 2000.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Lo que hace diferente a la historia oral. In: SCHWARZSTEIN, Dora (Org.). **La historia oral**. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1991, p. 51.

\_\_\_\_\_. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: MORAES, Marieta; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/FGV-CPDOC, 2000.

RÉMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Orgs.). \_\_\_\_\_. 1996.

RICOEUR, Paul. **História e verdade**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

\_\_\_\_\_. *La mémoire, L'histoire, L'oubli*. Paris: Editions do Seuil, 2000.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica, teoria da história**: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SANTOS, Myrian S. dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, out. 1998.

SILVA, Marcos A. da. Dossiê temático: construções da história. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.). **História no plural**. Brasília: Editora da UnB, 1994.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

WURGAFT, Lewis D. Identity in world history. **History and theory**, Wesleyan University, Theme Issue 34, 1995.

YERUSHALMI, Yosef Hayim. **Zakhor**: jewish history and jewish memory. Seattle and London: University of Washington Press, 1996.

## **Abstract**

This article is focused on the relationship between history and memory, having as a departing point the symbolic battles around the double celebration of Canudos War 1993-1997. Its goal is to examine the uses of memory in contemporary Brazilian society and, from a conceptual perspective, to discuss its importance to the search of a national identity.

**Keywords:** memory, history, celebration, Canudos War.

